



Centro Social e Cultural de Riba de Ave

Instituição Particular de Solidariedade Social

Anexo

27 de março de 2019

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	10
5	Activos Fixos Tangíveis	10
6	Activos Intangíveis	11
7	Locações	12
8	Custos de Empréstimos Obtidos	12
9	Inventários	12
10	Rédito	13
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	14
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	14
14	Imposto sobre o Rendimento	14
15	Benefícios dos empregados	14
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
17	Outras Informações	15
17.1	Número de membros dos órgãos diretivos	15
17.2	Clientes e utentes	15
17.3	Outras contas a receber	16
17.4	Diferimentos	16
17.5	Caixa e depósitos bancários	16
17.6	Fundos patrimoniais	16
17.7	Fornecedores	17
17.8	Estado e outros entes públicos	17
17.9	Outras contas a pagar	17
17.10	Subsídios, doações e legados à exploração	18
17.11	Fornecimentos e serviços externos	18
17.12	Outros rendimentos e ganhos	19
17.13	Outros gastos e perdas	19

17.14 Resultados financeiros.....	20
17.15 Associados	20
17.16 Observações.....	21
17.16 Acontecimentos após data de Balanço	21

1 Identificação da Entidade

O Centro Social e Cultural de Riba de Ave é uma Instituição Particular de Solidariedade Social cujos estatutos foram registados na Direcção-Geral de Solidariedade e Segurança Social, no livro 3 das Associações de Solidariedade Social sob o nº 09/88, a fls. 167 verso, em 28/03/88, sediada na Rua Fernando Pessoa, nº 164, freguesia de Riba de Ave.

Tem como objetivos fundamentais, segundo os seus Estatutos, apoiar a infância e juventude, proteger os cidadãos na velhice e na invalidez e fomentar e dinamizar atividades de carácter cultural.

Para a prossecução dos seus objetivos tem a funcionar os seguintes serviços:

- Creche
- Jardim-de-Infância
- CATL de Extensão de Horário s/almoço
- CATL Clássico
- Centro de Dia
- Serviço de Apoio Domiciliário

Assenta numa política de qualidade baseada na promoção de uma relação aberta com a comunidade envolvente e famílias, garantindo a satisfação das necessidades dos seus clientes.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade está dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- A razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida.

Existindo ativos atribuídos à Instituição a título gratuito, são mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais. As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada, conforme tabela:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-----
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	4 ou 5 anos
Equipamento administrativo	entre 4 e 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	entre 3 e 8 anos

A Instituição revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e sempre que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um Ativo Intangível com vida útil finita é assumido como sendo zero, exceto se houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou houver um mercado para este ativo, e seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Inventários

Os Inventários estão registados ao custo de aquisição. A Instituição adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os Clientes e as Outras contas a receber encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As Perdas por Imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas

correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente. No entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica Caixa e depósitos bancários inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em Fornecedores e Outras contas a pagar são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica Fundos constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os Fundos Patrimoniais são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Provisões

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Instituição reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os Empréstimo Obtidos encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os Encargos Financeiros são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica Juros e gastos similares suportados.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

As locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da substância sobre a forma, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional, as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos da alínea b) do nº 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidade anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas estão isentas do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

A Instituição não auferiu durante o ano de 2018, nem nos anos anteriores, qualquer tipo de rendimentos previstos no nº 3 do art.º 10.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2017						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	93.564,51	0,00	0,00	0,00	0,00	93.564,51
Edifícios e outras construções	901.997,09	123,00	0,00	0,00	0,00	902.120,09
Equipamento básico	296.093,52	8.514,95	0,00	0,00	0,00	304.608,47
Equipamento de transporte	199.501,86	0,00	0,00	0,00	0,00	199.501,86
Equipamento administrativo	99.990,17	820,70	0,00	0,00	0,00	100.810,87
Outros Ativos fixos tangíveis	26.314,01	766,78	539,70	0,00	0,00	26.541,09
Total	1.617.461,16	10.225,43	539,70	0,00	0,00	1.627.146,89
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	360.579,66	22.941,19	0,00	0,00	0,00	383.520,85
Equipamento básico	192.927,83	15.573,07	0,00	0,00	0,00	208.500,90
Equipamento de transporte	174.901,95	3.712,04	0,00	0,00	0,00	178.613,99
Equipamento administrativo	92.368,90	651,01	0,00	0,00	0,00	93.019,91
Outros Ativos fixos tangíveis	22.308,27	0,00	0,00	0,00	0,00	22.308,27
Total	843.086,61	42.877,31	0,00	0,00	0,00	885.963,92

2018						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	93.564,51	0,00	0,00	0,00	0,00	93.564,51
Edifícios e outras construções	902.120,09	0,00	0,00	0,00	0,00	902.120,09
Equipamento básico	304.608,47	7.020,94	0,00	0,00	0,00	311.629,41
Equipamento de transporte	199.501,86	0,00	0,00	0,00	0,00	199.501,86
Equipamento administrativo	100.810,87	730,60	0,00	0,00	0,00	101.541,47
Outros Ativos fixos tangíveis	26.541,09	1.758,52	0,00	0,00	0,00	28.299,61
Total	1.627.146,89	9.510,06	0,00	0,00	0,00	1.636.656,95
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	383.520,85	22.383,44	0,00	0,00	0,00	405.904,29
Equipamento básico	208.500,90	15.693,78	0,00	0,00	0,00	224.194,68
Equipamento de transporte	178.613,99	3.712,04	0,00	0,00	0,00	182.326,03
Equipamento administrativo	93.019,91	797,13	0,00	0,00	0,00	93.817,04
Outros Ativos fixos tangíveis	22.308,27	214,31	0,00	0,00	0,00	22.522,58
Total	885.963,92	42.800,70	0,00	0,00	0,00	928.764,62

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2017						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Ativos intangíveis em curso	27.079,23	1.131,60	0,00	0,00	0,00	28.210,83
Total	27.079,23	1.131,60	0,00	0,00	0,00	28.210,83
Depreciações acumuladas						
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2018						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Ativos intangíveis em curso	28.210,83	11.250,00	0,00	0,00	0,00	39.460,83
Total	28.210,83	11.250,00	0,00	0,00	0,00	39.460,83
Depreciações acumuladas						
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Locações

A Instituição detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2018			2017		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento de transporte	12.990,00	3.897,00	9.093,00	12.990,00	2.598,00	10.392,00
Total	12.990,00	3.897,00	9.093,00	12.990,00	2.598,00	10.392,00

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	Capital	Juros	Total
Até um ano	2.596,12	255,37	2.851,49
De um a cinco anos	4.405,18	163,88	4.569,06
Mais de cinco anos	0,00	0,00	0,00
Total	7.001,30	419,25	7.420,55

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	10.601,87	0,00	10.601,87	10.437,71	10.512,30	20.950,01
Locações Financeiras	2.596,12	4.405,18	7.001,30	0,00	0,00	0,00
Descobertos bancários	1.798,78	0,00	1.798,78	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	17.996,77	4.405,18	22.401,95	10.437,71	10.512,30	20.950,01

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	Capital	Juros	Total
Até um ano	10.601,87	619,26	11.221,13
De um a cinco anos	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	0,00	0,00	0,00
Total	10.601,87	619,26	11.221,13

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2017 a rubrica de Inventários apresentava os seguintes valores:

Movimentos	2018		2017	
	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00	2.300,00	0,00	4.350,00
Compras	0,00	126.591,25	0,00	119.492,49
Regularização de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
Existências Finais	0,00	2.250,00	0,00	2.300,00
Custo do Exercício	0,00	126.641,25	0,00	121.542,49

10 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31/12/2018	31/12/2017	Var
Prestação de Serviços			
Creche	62 743,58	58 079,26	4 664,32
Jardim-de-Infância	110 464,31	110 626,64	-162,33
CATL Extensão Horário	50 183,97	50 169,52	14,45
CATL Clássico	13 030,51	13 217,03	-186,52
Centro de Dia	25 591,80	25 557,75	34,05
Apoio Domiciliário	86 447,45	74 833,30	11 614,15
Quotizações	2 898,95	2 996,56	-97,61
Subsídios, doações e legados à exploração			
Acordos Cooperação Segurança Social			
Creche	182 946,34	173 512,36	9 433,98
Jardim de Infância	193 822,11	213 715,35	-19 893,24
CATL Extensão Horários s/almoço	24 478,20	23 949,00	529,20
CATL Clássico	8 169,60	7 993,92	175,68
Centro de Dia	12 220,20	11 956,68	263,52
Apoio Domiciliário	165 684,36	162 116,40	3 567,96
FSE	0,00	0,00	0,00
IEFP, IP	0,00	0,00	0,00
FSS	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos			
Ações de Formação FSE	0,00	0,00	0,00
Ganhos em imobilizações	0,00	0,00	0,00
Correções exercícios anteriores	1 314,51	385,38	929,13
Subsídios para investimento	22 050,25	22 050,25	0,00
Donativos	1 150,00	0,00	1 150,00
Outros	15 018,65	15 790,61	-771,96
Total	978 214,79	966 950,01	11 264,78

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2017 e 2018 não ocorreu o registo de qualquer provisão.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a Instituição tinha os seguintes saldos nas rubricas de Subsídios do Governo e Apoios do Governo:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
Acordos de Cooperação	587.320,81	593.243,71
Apoios do Governo		
FSE	0,00	0,00
IEFP, IP	0,00	0,00
FSS	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição em 2018 foi de 46.

Os gastos da Instituição com os funcionários foram os seguintes:

Gastos com pessoal	2018	2017
Remunerações certas	512 130,66	495 386,66
Remunerações adicionais	25 083,76	23 933,00
Encargos sobre remunerações	120 492,86	116 236,27
Formação profissional	1 339,00	596,00
Seguro de acidentes de trabalho	4 856,40	5 146,72
Outros gastos com pessoal	9 911,67	11 526,35
Total	673 814,35	652 825,00

A rubrica de Remunerações adicionais inclui subsídios de alimentação, diuturnidades e complementos de função. A rubrica de Outros gastos com pessoal inclui indemnizações, seguro de saúde e gastos com medicina e higiene e segurança no trabalho.

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

17.1 Número de membros dos órgãos diretivos

Os órgãos diretivos são constituídos pela Assembleia Geral formada por um Presidente e dois Secretários, pela Direção formada por Presidente da Direção, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Vogal e pelo mesmo número de suplentes e pelo Conselho Fiscal formado pelo Presidente do Conselho Fiscal e dois Vogais e o mesmo número de suplentes, num total de 19 elementos.

Os órgãos diretivos da instituição não usufruem de qualquer remuneração, conforme Estatutos.

17.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2018 a rubrica Clientes encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Utentes		
Creche	876,50	3.140,38
Jardim-de-Infância	2.840,60	3.043,51
CATL Extensão Horário	2.074,28	3.696,75
CATL Clássico	56,10	1.324,49
Centro de Dia	220,00	3.325,75
Serviço de Apoio Domiciliário	3.340,50	6.246,50
Total	9.407,98	20.777,38

Mensalmente o valor dos Serviços Prestados a Utentes é contabilizado na conta de proveitos – 721 (mensalidades de utentes) por contrapartida da conta-corrente de utentes (contas 21171 – Creche, 21172 – Jardim de Infância...). Aquando ao recebimento das participações familiares, esta conta-corrente vai sendo saldada pela entrada dos valores em disponibilidades e no final de cada mês, no caso de falta de pagamento, são emitidos os avisos de recibos

vencidos e enviados aos utentes, através do programa informático de Gestão de Utentes. Este programa dá-nos toda a informação sobre as dívidas dos utentes à instituição, assim como a antiguidade destas.

17.3 Outras contas a receber

A rubrica Outras contas a receber tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	100,33	1.407,66
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	100,33	1.407,66

17.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
	15.198,58	15.996,67
Total	15.198,58	15.996,67
Rendimentos a Reconhecer		
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Esta conta inclui os valores dos Seguros pagos em 2018 que constituem custo de 2019.

17.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários, a 31 de dezembro de 2017 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	820,97	603,18
Depósitos à ordem	1.383,98	25.514,75
Depósitos a prazo	0,00	500,00
Outros	0,00	0,00
Total	2.204,95	26.617,93

17.6 Fundos Patrimoniais

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	16.014,01	0,00	0,00	16.014,01
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultados transitados	235.240,78	650,74	21.203,24	214.688,28
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	424.126,66	0,00	22.050,25	402.076,41
Total	675.381,45	650,74	43.253,49	632.778,70

A variação registada nos Resultados Transitados resulta da transferência do Resultado Líquido do exercício de 2017 (aumento) e de uma correção efetuada na conta de clientes uma vez que foi detetado que, em anos anteriores, o Programa de Gestão de Utentes não estava a descontar o valor das notas de crédito a clientes no “Mapa resumo de documentos”, tendo assim sido registados valores em excesso nesta conta (diminuição).

As outras variações nos fundos patrimoniais dizem respeito à afetação dos Subsídios Diferidos no valor de 22.050,25€.

17.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	16.155,33	11.682,13
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	16.155,33	11.682,13

17.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e outros Entes Públicos está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
IRC	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4.583,77	2.781,35
Outros Impostos e Taxas	0,00	88,38
Total	4.583,77	2.869,73
Passivo		
IRC	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
IRS	5.712,40	5.706,40
Segurança Social	24.612,75	24.180,29
FCT e FGCT	36,81	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	30.361,96	29.886,69

17.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica Outras contas a pagar desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Pessoal		
Remunerações a pagar	92.314,50	91.259,05

Cauções	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	0,00
Outros credores	818,79	0,00
Total	93.133,29	91.259,05

Nos Outros credores estão registados os valores referentes às faturas da água (196,78€), gás (401,42€) e comunicações (220,59€), custo de 2018 que serão pagos em 2019.

17.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Instituição reconheceu, nos períodos de 2017 e 2018, os seguintes subsídios, doações e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	587.320,81	593.243,71
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	587.320,81	593.243,71

Os Subsídios e Apoios do Governo estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2018, foi a seguinte:

FSE	2018	2017
Subcontratos		
Serviços especializados	37 226,72	28 191,70
Trabalhos especializados	5 780,55	2 622,40
Publicidade e propaganda	286,60	159,91
Vigilância e segurança	126,49	95,56
Honorários	13 703,17	11 988,89
Comissões	366,00	427,50
Conservação e reparação	16 909,91	12 817,44
Outros	54,00	80,00
Materiais	19 154,95	21 755,13
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4 186,04	4 313,27
Livros e documentação técnica	349,72	89,46
Material de escritório	1 556,86	1 830,49
Artigos para oferta	1 555,45	2 129,18

Material didático	10 596,66	12 776,32
Jornais e revistas	174,90	40,00
Outros	735,32	576,41
Energia e fluídos	36 484,55	37 463,99
Eletricidade	9 735,92	10 531,44
Combustíveis	10 207,76	10 097,00
Água	4 626,79	5 464,74
Gás	6 918,31	7 425,44
Outros	4 995,77	3 945,37
Deslocações, estadas e transportes	9 257,22	8 837,19
Deslocações e estadas	9 257,22	8 837,19
Outros	0,00	0,00
Serviços diversos	34 152,43	41 073,69
Rendas e alugueres	1 018,20	1 018,20
Comunicação	2 389,55	2 159,14
Seguros	3 788,02	3 995,21
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	0,00	0,00
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	20 485,14	22 948,66
Outros serviços	6 471,52	10 952,48
Total	136 275,87	137 321,70

7.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ações de formação FSE	0,00	0,00
Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
Correções de exercícios anteriores	1.314,51	185,00
Subsídios para investimento	22.050,25	21.950,07
Donativos	1.150,00	0,00
Outros*	15.018,65	15.790,61
Total	39.533,41	37.925,68

*Na rubrica de Outros estão registados os valores do seguro de saúde (valor suportado pelos funcionários), reembolsos/estornos dos seguros de acidentes pessoais, consignação do IRS e IVA e descontos e devolução de produtos a fornecedores.

17.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Taxas	318,10	0,00
Quotizações	470,00	0,00
Multas e penalidades	75,00	
Dividas incobráveis	0,00	0,00
Donativos	0,00	0,00
Correções desfavoráveis de exercícios anteriores	8.418,61	7.761,86
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas*	487,22	726,81
Total	9.768,93	8.488,67

*Na rubrica de Outros foram registados os valores de uma devolução do valor pago indevidamente por uma funcionária relativo ao seguro de saúde e desistências de sócios.

17.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	854,34	1.111,47
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	1.625,93	1.592,93
Total	2.480,27	2.704,40
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-2.480,27	-2.704,40

17.15 Associados

A conta de Associados registava em 31 de dezembro de 2018 o valor de 165,88€ (valor que ficou por cobrar relativo a quotas de 2018). No início do ano é processado o valor total das quotas e levado à conta de proveitos 722 – Quotizações por contrapartida da conta 264 – Quotas. Ao longo do ano e aquando aos recebimentos das quotas, esta conta é saldada pela entrada dos valores das quotas através da utilização de um programa informático de Gestão de Sócios que nos dá informação sobre os sócios com as quotas em dia e os sócios com as quotas em atraso e a antiguidade dessas quotas.

17.16 Observações

Apesar de os Acordos de Cooperação para as Respostas Sociais CATL de Extensão de Horário sem Almoço e CATL Clássico serem para 45 e 8 utentes, respetivamente, frequentaram em 2018 o CATL de Extensão de Horário sem Almoço 70 crianças e o CATL Clássico 15 crianças. Este acréscimo relativamente aos Acordos de Cooperação não resulta de novas admissões, mas da transição dos nossos utentes do Jardim-de-Infância para o CATL de Extensão de Horário e dos nossos utentes do CATL de Extensão de Horário para o CATL Clássico.

17.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelos Órgão Sociais da instituição em 27 de março de 2019.

Riba de Ave, 27 de março de 2019

O Técnico Oficial de Contas

A Direção